Tribunal de Contas do Estado do Pará

ACÓRDÃO Nº. 57.138

(Processo nº. 2007/53536-3)

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio SEEL n.º 097/2006.

Responsável/Interessado: CARLOS ALBERTO FERREIRA PIMENTEL e
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE
SANTARÉM NOVO.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS. CONVÊNIO. ATO DE GESTÃO PRATICADO DE MODO ILEGÍTIMO OU ANTIECONÔMICO. DANO AO ERÁRIO. CONTAS IRREGULARES. GLOSA DE VALORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DE MULTAS.

1- Devem ser julgadas irregulares as contas com aplicação de multa regimental quando comprovado dano ao erário estadual decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, acarretando obrigação do responsável, solidariamente com a pessoa jurídica, de comprovar perante o Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, o recolhimento aos cofres públicos estaduais da quantia correspondente ao débito que lhe tiver sido imputado, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora;

2- Quando o responsável for julgado em débito, o Tribunal poderá aplicar multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário estadual.

Relatório do Exm.º Sr. Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR:

Processo n. 2007/53536-3.

Tratam os autos da Tomada de Contas do Convênio n.º. 097-GP/2006, celebrado entre a Secretaria Executiva de Esporte e Lazer – SEEL e a Associação Comunitária de Rádio Difusão de Santarém Novo, objetivando apoio financeiro ao “Torneio Esportivo”, de responsabilidade do Sr. Carlos Alberto Ferreira Pimentel, presidente, à época.

A Secretaria de Controle Externo (fls. 139/141) opina pela irregularidade das contas, com devolução do valor total do convênio, ou seja, R\$20.000,00 (vinte mil reais), além da aplicação de multas regimentais ao responsável pelo convênio.

O Douto Ministério Público de Contas (fls. 144/150) opina pela irregularidade das contas, com devolução do valor total repassado (R\$20.000,00), considerando a ocorrência de impropriedades que impedem a fiel demonstração do correto emprego dos recursos públicos envolvidos. Além disso, sugere a aplicação de multas regimentais e que figurem como responsáveis tanto o presidente da Associação à época, como a associação convenente.

É o relatório.

VOTO:

Considerando que documentação de despesa apresentada não é capaz de comprovar a correta aplicação dos recursos públicos envolvidos, bem como a prática de atos de gestão ilegítimos e antieconômicos, julgo as contas IRREGULARES, nos termos do artigo 158, inciso III, alínea “c” do RITCE-PA, devendo o responsável à época, Sr. Carlos Alberto Ferreira Pimentel, bem como a Associação Comunitária de Rádio Difusão de Santarém Novo,

Tribunal de Contas do Estado do Pará

responsável solidária pelo débito, restituírem ao erário estadual o valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devidamente atualizado.

Aplico ao responsável, Sr. Carlos Alberto Ferreira Pimentel, as seguintes multas:

1) 10% (dez por cento) sobre o débito apontado, devidamente atualizado, com base no artigo 242 do RITCE-PA;

2) R\$1.000,00 (um mil reais) pelo descumprimento de prazo na remessa da prestação e contas, com base no artigo 243, inciso III, alínea “b” do RITCE-PA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea “c”, c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83 incisos III e VIII, da Lei Complementar n.º 81 de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar, solidariamente, o Sr. CARLOS ALBERTO FERREIRA PIMENTEL, ex-presidente, (CPF: 180.420.902-34) e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIO DIFUSÃO DE SANTARÉM NOVO (CNPJ: 03.256.095/0001-05), à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), devidamente atualizado a partir de 30/06/2006 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar ao Sr. CARLOS ALBERTO FERREIRA PIMENTEL, as multas no valor de R\$9.315,38 (nove mil, trezentos e quinze reais e trinta e oito centavos), pelo dano ao erário estadual, equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito devidamente corrigido e R\$1.000,00 (um mil reais) pela instauração da tomada de contas.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos no prazo de (30) trinta dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo, para pagamento das multas aplicadas, o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das multas aplicadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 30 de novembro de 2017.

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Presidente em exercício

CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros: LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procuradora do Ministério Público de Contas: Deíla Barbosa Maia.
GM/0100843